

# Como a economia brasileira ajudou a eleger Bolsonaro?



*De acordo com o sabedoria convencional a ansiedade econômica é um dos fatores centrais para o crescimento da extrema direita ao redor do mundo. No entanto, ano passado, o Brasil elegeu Jair Bolsonaro apesar de resultados impressionantes em termos de crescimento, redução da pobreza e da desigualdade salarial nos anos 2000. Essencialmente, o governo de Dilma Rousseff negligenciou a redução da competitividade das manufaturas, a inflação no setor de serviços, um conflito distributivo afetando a classe média, enquanto um aumento na dívida em relação ao PIB permitiu que a crise subsequente fosse associada a um desleixo fiscal. Cortes nos gastos públicos combinados com fatores externos retardaram qualquer possibilidade de recuperação. Bolsonaro, então, utilizou este contexto como plataforma eleitoral, associando estagnação econômica à corrupção em todo o setor político. Porém, a resposta de Bolsonaro tem sido desastrosa, e esses resultados decepcionantes podem representar sua ruína, como escreve [Laura Carvalho](#) (Universidade de São Paulo).*

- Also available [in English](#)
- Disponible también [en español](#)

[Pesquisas recentes](#) da IGM Chicago indicam que a maioria dos especialistas econômicos europeus acredita que “o aumento da desigualdade está prejudicando a saúde da democracia liberal” e que “a implementação de gastos e políticas mais redistributivas provavelmente limitaria o aumento do populismo na Europa”. De fato, das ameaças ao capitalismo democrático impulsionadas pelo declínio da classe média apontadas no livro [Global Inequality](#) de Branko Milanovic, ao papel da austeridade como um dos grandes motivadores do apoio ao Brexit, descrito em um [recente artigo empírico](#) de Thiemo Fetzer, o tema tem se tornado cada vez mais importante em várias vertentes de literatura econômica.

Quando se trata do papel específico da globalização, [Dani Rodrik](#) tentou entender como diferentes choques dão origem ao populismo de esquerda (econômico) ou ao populismo de direita (cultural), dependendo das clivagens sociais destacadas pelos políticos. Embora a liberalização do comércio e a imigração possam preparar o terreno para uma ênfase nas rupturas de identidade, como na Europa ou nos Estados Unidos, a liberalização financeira tenderia a abrir caminho para um foco nas clivagens de renda, como no sul da Europa ou na América Latina.



“Após uma contração real do PIB de 8,2% em 2015-16, a economia brasileira está passando pela mais lenta recuperação econômica de sua história” ([Davidson Luna](#), licença [Unsplash](#))

Mas temos o Brasil, uma economia exportadora de commodities que se beneficiou muito do crescimento chinês na década de 2000 e ganhou amplo reconhecimento por reduzir a pobreza e as disparidades salariais por meio de políticas redistributivas. Se aceitarmos a sabedoria convencional sobre o papel da ansiedade econômica na ascensão da extrema direita, como devemos entender a eleição de Bolsonaro em 2018?

## Do boom ao caos: o colapso econômico do Brasil

Como muitas outras economias latino-americanas, o Brasil aproveitou o boom dos preços das commodities nos anos 2000 para expandir os gastos do governo em saúde, educação, infraestrutura e proteção social, mas ainda conseguiu reduzir sua relação dívida pública / PIB durante os dois mandatos do ex-presidente Lula. As maiores taxas de crescimento de consumo e investimento entre 2006 e 2010, que representaram uma rápida recuperação da crise financeira global, foram acompanhadas por forte criação de empregos nos setores de construção e serviços, além de ganhos salariais impressionantes para trabalhadores com baixa qualificação.

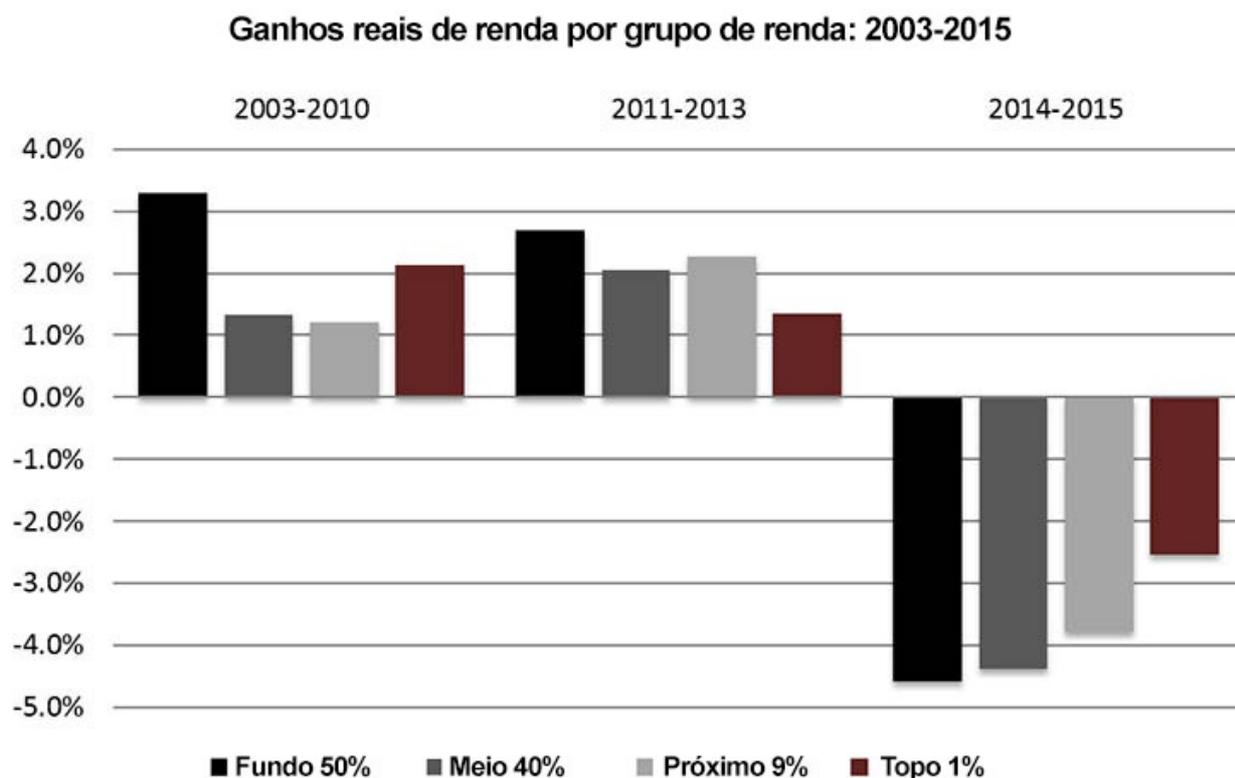
A expansão do programa de transferência de renda do Bolsa Família – de 3,6 milhões de beneficiários em 2004 para 12,8 milhões em 2010 – e o aumento do salário mínimo real de 5,9% ao ano durante esse período também ajudaram a aumentar a pequena parcela da renda nacional acumulada para os 50% mais pobres de [12,9% em 2004 para 14,3% em 2014](#).

Mas quando o Brasil alcançou a maior taxa de crescimento real do PIB durante esse período – 7,5% em 2010 – a economia já estava enfrentando grandes desafios.

Primeiro, o setor manufatureiro do país, que vinha perdendo densidade desde a liberalização do comércio na década de 1990, estava perdendo competitividade adicional devido a uma forte valorização cambial e à maior penetração das importações chinesas após a crise financeira mundial.

Segundo, o crescimento mais alto dos salários estava levando a uma aceleração da inflação de serviços, o que significava que eram necessárias altas taxas de juros para atrair capital estrangeiro, valorizar ainda mais a moeda e suprimir a inflação de bens comercializáveis.

Terceiro, um conflito distributivo estava se tornando aparente, pois a redução da desigualdade era devida a uma queda na participação da renda no meio da distribuição, com os 50% inferiores e o 1% do topo recebendo os maiores ganhos (como ilustrado abaixo).

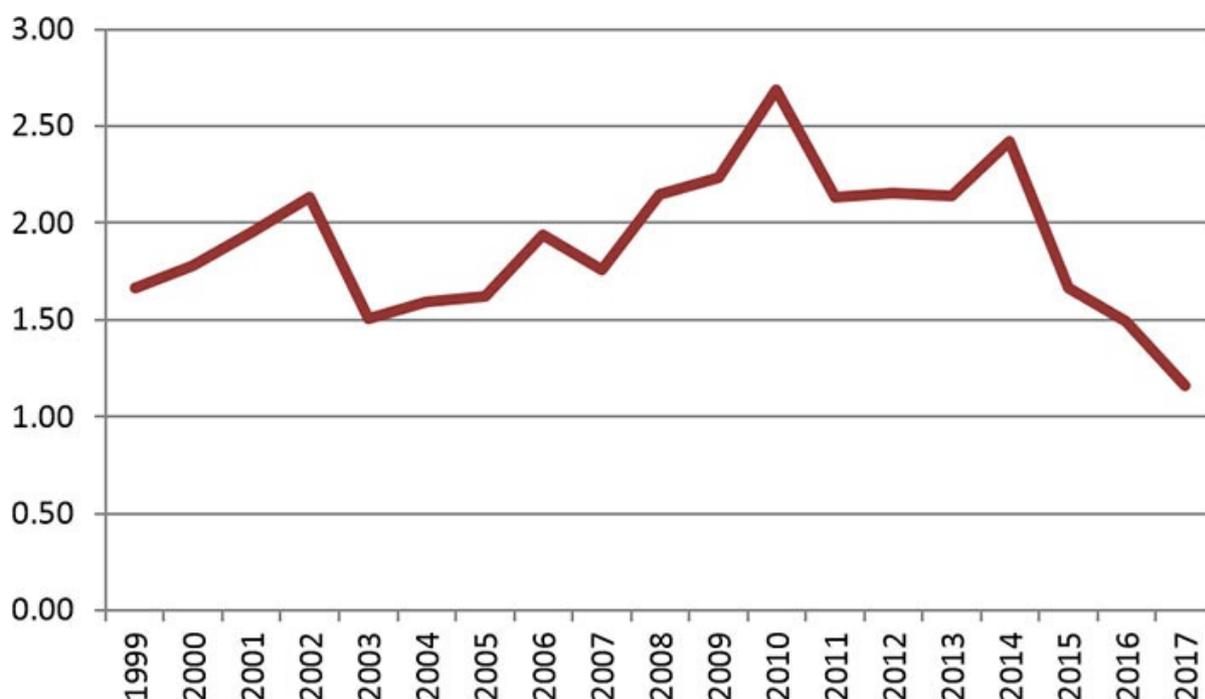


Fonte: World Inequality Database (2019)

Quando Dilma Rousseff assumiu a presidência em 2011, o plano era solucionar a falta de competitividade na manufatura brasileira por meio de uma depreciação real da taxa de câmbio e de várias medidas destinadas a reduzir o custo de produção, incluindo isenções fiscais e controles sobre tarifas de energia. À medida que o cenário externo se deteriorava – com o fim do boom dos preços das commodities e a crise na periferia europeia – esse conjunto de medidas se mostrou altamente ineficaz no aumento das exportações do país e na prevenção de uma desaceleração econômica.

Além disso, quando combinado ao menor crescimento das receitas tributárias causadas pela desaceleração econômica, o alto custo desses subsídios contribuiu para a deterioração da orientação fiscal. Enquanto o investimento público, que havia crescido 27,6% ao ano em termos reais durante o período de expansão de 2006 a 2010, permaneceu quase estagnado entre 2011 e 2014 (ilustração abaixo), o aumento da dívida pública em relação ao PIB em 2014 permitiu o surgimento de uma perspectiva dominante em torno da ideia de que a crise foi causada por desleixo fiscal do governo.

### Investimento público como parcela do PIB: 1999-2017



Fonte: Instituição Fiscal Independente (2019)

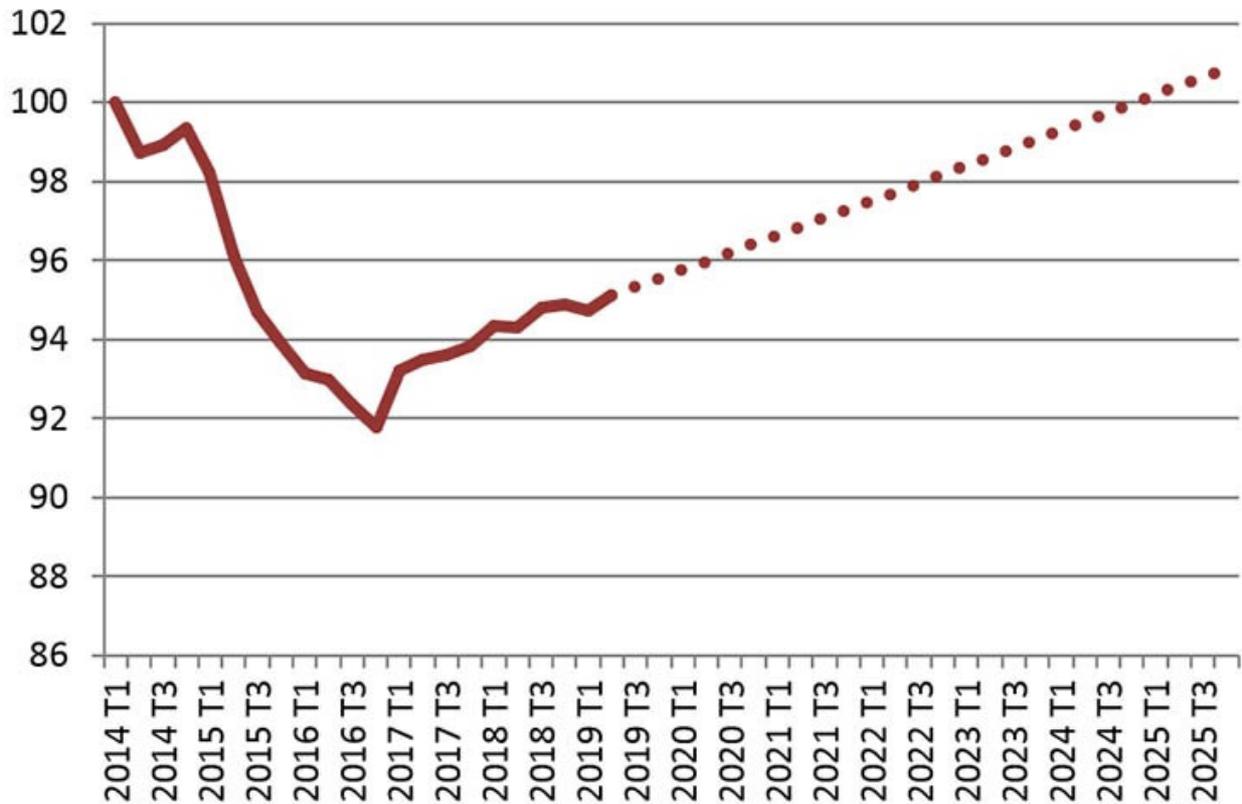
### Austeridade, desigualdade e a eleição de Bolsonaro

Desde então, muitos dos mesmos problemas que o mundo ocidental enfrenta parecem ter convergido para o Brasil, mas, no caso brasileiro, partindo de um nível muito mais alto de vulnerabilidade social.

A agenda econômica tem se concentrado quase exclusivamente no corte de gastos públicos. Com uma queda acentuada nos preços do petróleo – de US \$85 por barril no final de 2014 para \$25 no início de 2016 – atingindo o balanço da empresa brasileira de petróleo Petrobras e o resto da economia, o governo reduziu o investimento federal em mais de 35% em 2015. Ao mesmo tempo, o Banco Central elevou as taxas de juros em resposta a uma aceleração da inflação, impulsionada principalmente por um rápido ajuste nas tarifas de energia anteriormente controladas e nos preços dos combustíveis.

Após uma contração real do PIB de 8,2% em 2015-16, a economia brasileira está passando pela mais lenta recuperação econômica de sua história. E isso apesar de todas as belas promessas sobre um aumento na confiança dos investidores após o impeachment de Dilma Rousseff e a aprovação do Congresso de um congelamento constitucional de dez anos nos gastos federais reais. Se a economia continuar crescendo no mesmo ritmo que vem apresentando desde 2017, o Brasil só retornará ao seu nível real de PIB pré-crise em 2025, mais de dez anos após o pico (como demonstrado abaixo).

### PIB real pós-crise no Brasil (2014: Q1=100)

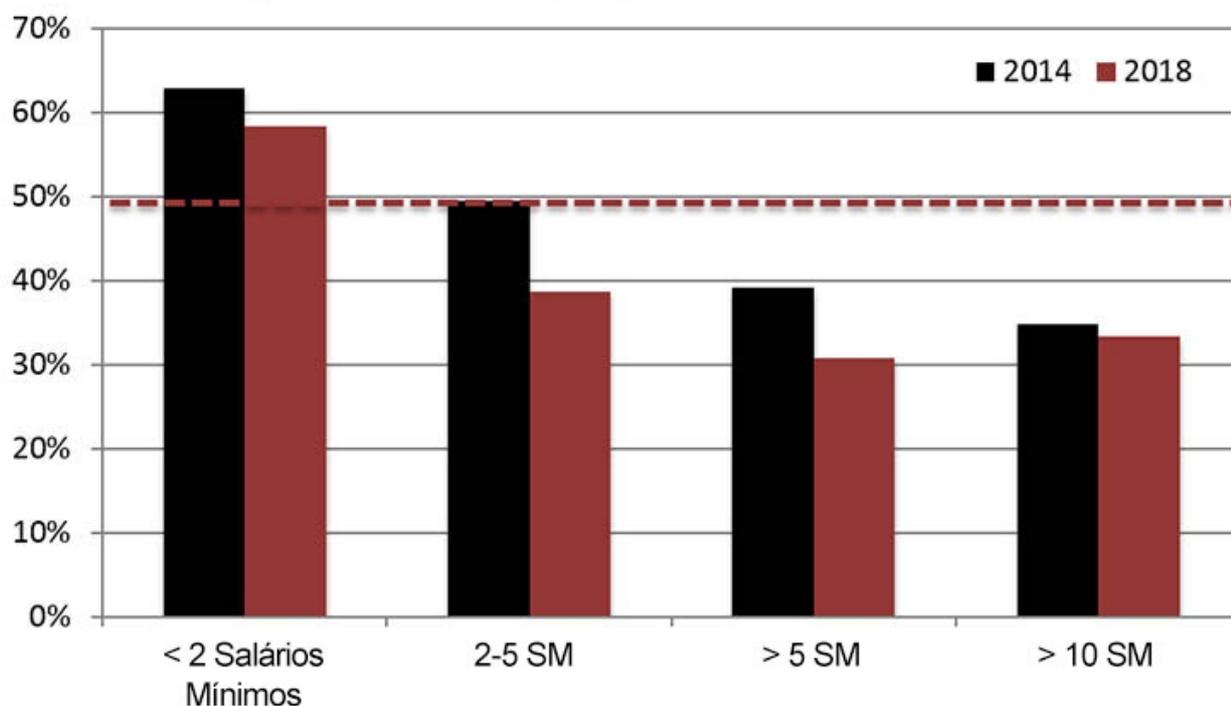


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019)

As eleições presidenciais do ano passado ocorreram, portanto, em um contexto de crescente frustração e ansiedade econômica: o desemprego havia dobrado – de 6,5 milhões de pessoas em 2014 para 13,2 milhões em 2017 – e a desigualdade estava aumentando duas vezes mais rápido do que a sua taxa de queda na primeira década de 2000.

Entre 2014 e 2018, o PT perdeu mais votos entre as famílias com níveis intermediários de renda (ilustrado abaixo). Esses são precisamente os grupos que não se beneficiaram tanto do boom, mas que sofreram perdas significativas durante a crise, como [argumentaram](#) Amory Gethin e Marc Morgan.

### Mudança na parcela do PT nas intenções de voto válidas no segundo turno das eleições presidenciais de 2014 e 2018



Fonte: Datafolha (2018)

Para piorar a situação, o período de crise coincidiu com a maior investigação de corrupção da história brasileira, a Lava Jato, que facilitou a percepção simplista, porém compreensível, de que a própria corrupção foi a causa do colapso econômico. Em vez de culpar os imigrantes ou os fabricantes chineses, a responsabilidade pela desaceleração econômica foi atribuída inteiramente ao *establishment* político e à esquerda.

Sob essa perspectiva, fica mais fácil entender como, em contraste com outras candidaturas de extrema direita ao redor do mundo, Bolsonaro foi eleito pela combinação de seu conhecido discurso moralmente conservador e uma plataforma econômica ultraliberal: livrar-se de um Estado corrupto em todas as áreas (exceto na segurança pública) foi vendido como uma solução para todos os problemas do país.

A questão ainda a ser respondida é se os resultados desastrosos da agenda de Bolsonaro para a grande maioria da população, que claramente se beneficiariam de um forte mercado de trabalho e ainda dependem de serviços públicos e redes de segurança social, também serão a origem de sua queda.

#### Notas:

- As ideias expressas neste artigo são dos autores e não refletem a posição do Centro ou da LSE
- Tradução de Ana Paula Mansur
- Por favor, leia nossas [Políticas de Uso](#) (EN) antes de fazer comentários